

Elise Húngaro

Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e Presidenta do DA FACE na gestão 2016. E-mail: elisehungaro@gmail.com.

Pedro Portugal

Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e Vice-presidente do DA FACE na gestão 2016. E-mail: pds.ufop@gmail.com.

Após um longo período de ditadura militar, onde um processo de crescimento da renda foi acompanhado de uma forte concentração da mesma, a sociedade brasileira se viu em uma frágil posição sócio-econômica.

Com o processo de democratização, a demanda popular por melhorias na qualidade de vida culminou na elaboração da constituição de 1988, a carta-magna que ficou conhecida por "Constituição Cidadã".

Sua elaboração representou um enorme esforço da sociedade brasileira em busca de um Estado de Bem Estar Social vigente em boa parte da Europa durante o período.

Por meio de uma frágil, porém bem articulada união de forças, os brasileiros garantiram o acesso universal a direitos inalienáveis de qualquer ser humano: saúde, educação, previdência e moradia.

A carta de 1988 representou, de forma inequívoca, uma grande conquista e projetou a nação a um futuro próspero, onde cada cidadão teria as condições básicas de viver minimamente com dignidade.

Porém, a conjuntura mundial da década de 1980 ia de encontro aos objetivos propostos. Após um esgotamento das políticas públicas, de viés keynesiano, durante a década de 1970, as principais potências planetárias, diminuíram a sua participação estatal no campo econômico. O Estado de Bem Estar Social perdia força, perante uma crescente financeirização da economia global.

O movimento iniciado pelo Brasil, após sua democratização, foi vital, porém tardio.

Logo em seus primeiros governos eleitos democraticamente, a essência da jovem constituição foi alvo de inúmeros e sistemáticos ataques.

Afundado em uma recessão econômica, descontrole inflacionário e altas taxa de desemprego, o Estado brasileiro viu nas privatizações e na desregulamentação, a saída para a resolução da crise.

Porém uma diminuição da participação do governo só seria viável, acompanhada de uma diminuição da seguridade social. De fato, o avanço neoliberal no país trouxe consigo uma série de políticas públicas que, na prática, cortavam direitos e reduziam as já escassas possibilidades de ascensão econômica.

Ao analisarmos a História Econômica Brasileira, fica nítida a relação existente entre as crises políticas e econômicas, ambas intimamente conectadas, e os retrocessos sofridos nos direitos sociais conquistados mediante a constituição e extensiva luta de setores sociais.

A fragilidade democrática, a incerteza do empresariado em relação ao futuro da economia, um ambiente político conturbado, em que coalizões e fisiologismos são regra e não exceção no espectro político e uma população descrente na eficiência do poder público em promover o desenvolvimento do País, são características comuns às rupturas democráticas ocorridas ao longo de nossa história. Características essas presentes em 2015.

Assim como ocorrido em contextos históricos semelhantes, a ruptura democrática vem acompanhada de uma série de retrocessos em conquistas sociais, como a atual proposta

de reforma da previdência, reforma trabalhista, congelamento do aumento real do salário mínimo e redução dos gastos em seguridade social.

Assim como a análise histórica nos permite perceber a conexão entre as crises democráticas e economia, o próprio estudo da economia nos mostra que as segundas são cíclicas. Isso nos diz que a crise pela qual passamos agora não será a última, e quando a próxima vier, será acompanhada por mais retrocessos sociais e pela perda de direitos.

Dito isto, só podemos chegar a uma conclusão: Os direitos e ganhos sociais conquistados não são e jamais serão permanentes. É preciso manter-se mobilizado e vigilante.

Em toda a sua história, o DA FACE sempre se colocou como força institucional em prol da democracia e da construção de um projeto de País mais justo, ancorado pelos princípios de fraternidade, equidade e respeito às individualidades.

Conscientes desta realidade e cientes da força da nossa Faculdade como solo fértil para o surgimento de novas soluções, o DA FACE não irá se abster deste debate, promovendo ações em conjunto com a comunidade acadêmica e estimulando o desenvolvimento de novos projetos para a nação.